NOS 156 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Mozart Soriano Aderaldo

Não, não lembrarei a viagem de Cabral, fruto do acaso, do receio das calmarias do Golfo da Guiné ou da matreirice da Coroa portuguêsa, sempre atenta na preservação do que lhe fora destinado pelo documento de Tordesilhas e a esquecê-lo quando se lhe oferecia ensejo de dilatar a Fé e o Império em sacrifício do que coubera a sua concorrente - Espanha.

Nesta Semana da Pátria, passados 156 anos de nossa Independência política, não cuidarei da primeira tentativa da colonização do Brasil por um país que, dispondo de apenas 1.000.000 de habitantes, conquistaria quase toda a costa oriental da América do Sul, grande parte das costas d'África e incursionaria pelas costas da Ásia, obviamente sem o despovoamento da velha Lusitânia. Nem falarei da fracassada tentativa das 15 Capitanias Hereditárias, tão lógicas que ainda hoje correspondem, grosso modo, à maioria dos Estados da Federação Brasileira; nem do oportuno reagrupamen to da incipiente colônia sob um Governo Geral, cujos resultados opimos fixaram de vez nossa vocação para uma administração nacional fortalecida.

Nao desejo salientar, sequer, nossas dificuldades em penetrar o oeste longe - farwest-, em vista das montanhas litorâneas e da inexistência de estradas naturais líquidas, sem acidentes obstaculantes, pois a única de que dispúnhamos apresentava Paulo Afonso, de negativas consequências naquelas eras e hoje - Deus louvado! - redenção do Nordeste que se industrializava a sua custa. Civilização de caranguejo, arranhando o litoral, foi como Capistrano de Abreu, o historiógrafo máximo, classificou a obstinação lusa, preservando para a Coroa portuguesa este colosso que é o Brasil de hoje. Teimosice que somente arrefeceria durante a dominação espanhola, não havendo parente mais próximo de Dom Sebastião, jovem e inupto, e de Dom Henrique, velho Cardeal da Igreja Católica, sabido que o colonizador já negociava com a Holanda a entrega de parte do Brasil - o Nordeste precisamente - em troca de uma Paz de Varsóvia...

É precisamente disto que pretendo falar. Da resistência nacional ao domínio holandês, oposição não mais apenas lusitana, porém já tipicamente brasileira, com as três raças caldeadas - os brancos sob o comando de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros; os índios capitaneados por Poti, o Camarão, batisado Felipe em honra do rei da Espanha; e os negros chefiados por Henrique Dias. Data de então o sentimento de brasilidade, espontâneo,

não só extra-oficial como anti-oficial, contrariando eventual intenção do país colonizador. Guararapes é bem o marco de nosso sentimento nacional independente, de que não mais nos afastámos, ora sob essa, ora sob aquela roupagem sócio-política, de que são exemplos típicos a Inconfidência Mineira, a que Capistrano menor valor atribuia, a ponto de escrever seus "Capítulos de História Colonial" sem a ela aludir uma vez sequer, e as Revoluções de 1817, de índole republicana, e 1824, esta lamentavelmente separatista, além de anti-monárquica. Revoluções em que o Ceará se viu envolvido, com pesados sacrifícios para muitos de seus filhos, principalmente na segunda delas, em que perderam suas vidas, além da figura máxima da epopéia de Santa Rosa - o nunca esquecido Tristão Gonçalves de Alencar -, outros heróis, trabucados todos, à falta de carrasco que os quisesse enforcar - Ibiapina, Mororó, Pessoa Anta, Carapinima e Azevedo Bolão. Tudo ali nas terras em que se construiria o Passeio Público, cujo nome oficial, infelizmente esquecido do povo e até das autoridades, é Praça dos Mártires.

Após a primeira daquelas duas Revoluções em que o Ceará se viu envolvido, tida e havida como a mais importante de quantas visavam à nossa libertação do jugo português, e antes da segunda delas, de mais trágicas consequências, desembócamos no movimento do Fico, significativamente libertador em relação às determinações das Cortes portuguêsas que, ao contrário do Rei, bonacheirão e amigo do Brasil, jamais admitiram nossa autonomia. E, finalmente, o grito de "Independência ou Morte", proferido pelo próprio Príncipe Regente, incentivado por José Bonifácio e outros, inclusive e principalmente pela futura Imperatriz, tão injustamente esquecida, por vezes, no conciliábulo máximo de nossa história.

O resto, ao contrário do que nos inculca o genial dramaturgo, o resto não é silêncio... Pelo contrário, se não conhecemos pormenorizadamente os fastos e nefastos do Brasil monárquico, sabemos ao menos o grande papel desse Imperador desconcertante, consolidador da unidade pátria em pequeno espaço de tempo, processada de modo tão irreversível que uma década de anarquia e irresponsabilidades, enquanto crescia o novo Imperante ainda menor, não conseguiu aluí-la. E sabemos, também, dos anos de equilíbrio e paz vividos no segundo reinado, somente feridos nos episódios das guerras do Sul do Continente, da do Paraguai principalmente, em que fomos surpreendentemente provocados e em que reagimos de maneira magnífica; pela Questão Religiosa, reflexo da mentalidade regalista da época, em que o Estado em tudo interferia, até mesmo nos assuntos tipicamente espirituais, antípoda da mentalidade igualmente esdrúxula de hoje, em que o religioso em tudo quer ingerir-se, inclusive nos assuntos políticos e técnicos, nos quais não foi, não é e não será autoridade legítima; e pela Libertação dos Escravos, em cuja campanha exemplar nossa então Província se comprome-

teu decisivamente, a ponto de merecer de José do Patrocinio o epíteto de "Terra da Luz".

Mais perto de nossos dias, veio a República, com Deodoro, e sua consolidação, com Floriano, seguindo-se os anseios de aprimoramento republicano, sempre desejado mas nunca alcançado, manifestos em 22, 24 e, finalmente, em 30. Aprimoramento não só inalcançado como inalcançável, pois se é grande o desejo de perfeição do homem, imagem e semelhança de Deus, inatingível por nós será sempre esse atributo exclusivamente divino. Tivemos, assim, 32, 45, 54 e, por fim, 64, liberto o país, desta última feita, por esforço não apenas humano, como o salientou Gustavo Corção, mas ainda pela ação do Sobrenatural, certamente sensível à campanha "Por Deus Pela Liberdade" desenvolvida pela Mulher Brasileira que, neste particular, seguiu o corajoso exemplo da Mulher Paulista.

De forma diversa, aliás, não poderia ter sido. Iniciado o nosso sentimento nacional sob a égide de Nossa Senhora dos Prazeres, em Guararapes; consolidada essa proteção superior à nossa Pátria pela devoção a Nossa Senhora da Conceição, nos campos de luta do Paraguai; oficializada essa correlação entre o Brasil e a Mãe de Cristo na dedicação de nosso país a Nossa Senhora Aparecida - lógico seria que o Céu não nos abandonasse em tão perigoso evento, quando o Comunismo, anti-Igreja, anti-Brasil e verdadeiramente anti-povo, já se achava representado nos cargos do Governo, aguardando momento propício, que não tardaria sem dúvida, para agregar nossa pátria ao rol dos povos jungidos a uma ideologia estranha à nossa formação social, política e religiosa.

Foram nossas Forças Armadas, evidentemente, os instrumentos da Sobrenaturalidade nesse episódio histórico. Mas caberia à Mulher Brasileira - insisto na tese - o papel de mola propulsora dessa interferência oportuna.